

Flores, Jorge (2015). *Nas margens do Hindustão. O Estado da Índia e a expansão mogol ca. 1570-1640*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 566 pp., ISBN 978-989-26-0976-8.

A obra *Nas margens do Hindustão. O Estado da Índia e a expansão mogol ca. 1570-1640*, recentemente editada pela Imprensa da Universidade de Coimbra, corresponde, em certa medida, ao aprofundamento e divulgação da dissertação de doutoramento de Jorge Flores, intitulada originalmente *Firangistân e Hindustân. O Estado da Índia e os confins meridionais do Império Mogol (1572-1636)*, defendida na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em 2004. Como o mesmo autor sustentou em outro texto, é pouco profícuo que teses de doutoramento conheçam publicação em formato semelhante ao que foram avaliadas. Ao invés, seria desejável tornar o texto legível, “adaptar esse mesmo texto aos interesses de um público específico, e às regras de um determinado mercado”. Apoiando-se em exemplos internacionais, registou ser “necessário transformar essas teses em livros”, exercício que conheceu materialização na publicação desta obra¹.

Dividido em onze capítulos, partindo do complexo conceito de “fronteira” (p. 38-47), Jorge Flores aponta como objetivo promover uma leitura sobre as imagens produzidas por portugueses e mogóis com base na evolução das suas relações e conhecimento mútuo, entre os anos de 1570 e 1640. Para esse fim, colocando os portugueses num plano semelhante aos demais povos da Ásia do Sul (guzerates, bengalis, rajputes ou decanis), foi intento do presente trabalho observar “o modo como – a partir de Goa e de outras «cidades-fronteira» sob domínio ou influência – incorporaram os mogóis na sua acção e no seu discurso” (p. 45) (capítulo 1).

Deste modo, assumindo os portugueses e os mogóis como principais interlocutores, a obra principia relatando a vitória de Zahiruddin Muhammad Babur contra os afegãos, em 1526, na batalha de Panipat, um momento de afirmação para a nova dinastia mogol. Em oposição, o *Estado da Índia* encontrava-se em fase de grande turbulência política, particularmente após a morte do governador D. Henrique de Meneses (1524-1526), no mesmo ano. Assim, ainda demasiado distantes a absortos em problemas internos, portugueses e mogóis procuraram definir as estratégias a adotar nos seus próprios territó-

¹ Cf. FLORES, Jorge – «Como escrever» a história da expansão portuguesa. Consultado online a partir da página do Instituto de Investigação Científica Tropical. Disponível em: <http://www2.iict.pt/?idc=102&idi=14256>. Último acesso: 15-10-2015.

rios e contextos geopolíticos. Foi no contexto da ofensiva militar mogol sobre o Guzerate, em 1534, que estes povos estabeleceram os primeiros contactos.

Humayun, filho de Babur, procurou seguir o intento expansionista do seu antecessor com menos sucesso. Após uma incursão no Bengala, em junho de 1539, foi derrotado por um exército afegão na viagem de regresso a Agra e, no ano seguinte, novamente. Como o Guzerate, também Bengala era um território de contacto frequente entre portugueses e mogóis. Daqui para frente, estes dois territórios em particular, bem como de Bijapur e de Ahmadnagar, funcionariam como pontos privilegiados de contacto e proximidade com os mogóis. Posterior, a capacidade de resistência destes sultanatos assumiu-se como uma importante barreira de manter as ofensivas mogóis distantes dos territórios sob o governo do *Estado da Índia*.

Fragilizado e derrotado, o imperador chegou mesmo a perder Deli, coração do império, em 1540. Este manteve-se sob o controlo efémero da dinastia Sur até 1555, data em que Humayun conseguiu conquistar Lahore, marcando o seu curto regresso ao poder. Veio a morrer no ano seguinte, tendo-lhe sucedido Akbar que retomaria a política expansionista do início do governo do seu antecessor (capítulo 2). Este imperador lograria mesmo conquistar Tanda, capital do Bengala, em setembro de 1574. Contudo, logo em 1579 assistiu-se ao recrudescimento de vários focos de revolta não só da parte de vários oficiais mogóis, suscitada por algumas reformas governativas e financeiras promovidas pelo imperador, mas também em territórios como Cabul e Guzerate que, novamente, se afastavam da autoridade de Akbar (capítulo 3). Esta dinâmica foi, aliás, frequente. Após uma ofensiva mogol sob os territórios meridionais do império, o afastamento das forças imperiais levava ao recrudescimento gradual de focos de resistência e ao enfraquecimento da autoridade do centro que, entretanto, devia prestar atenção às outras fronteiras.

Foi neste contexto que se operou a transferência da capital para Lahore, em 1585. Com morte do governador de Cabul, meio-irmão de Akbar, os mogóis temeram uma eventual ofensiva dos uzbeques que, desde há alguns anos, vinha consolidando a sua autoridade na Ásia Central. Ademais, a turbulência política que nestes anos se vivia no império safávida convidava a um ataque àquele território. A distância do imperador e dos focos de conflito ditou um empobrecimento dos relatos e das informações produzidas por portugueses sobre mongóis e em sentido inverso. Contudo, pela primeira vez, Goa começou a perceber a complexidade dos impérios asiáticos em que se incluíam otomanos, safávidas, uzbeques e mogóis, a par dos múltiplos sultanatos. Não obstante, a partir de 1590, a pressão dos mogóis voltou a sentir-

-se sobre os portugueses. Neste contexto, a conquista de Orissa e Cinde, em 1592, levou a que, pela primeira vez, se analisasse em Goa e Lisboa a possibilidade de Akbar promover ataques a algumas praças portuguesas. Receio infundado neste contexto (capítulo 4).

Nos anos seguintes, Akbar promoveu um conjunto de ações nos sultanatos próximos de Goa. Foi exemplo da campanha militar em Ahmadnagar, em 1586, enquanto procurou manter uma ligação diplomática comprometedora com Bijapur. Como sempre sucedeu, os portugueses procuraram manter uma posição ambígua e que os favorecesse em qualquer cenário. Assim, enquanto promoviam um diálogo profícuo com Akbar, incentivavam os sultanatos a resistir à autoridade mogol e procuravam que se aliassem com este fim. Depois de um conjunto de vitórias militares, Akbar regressou a Agra em abril de 1601. Morreu em 1605 sem ter sido, ainda, o imperador que pode submeter à sua vontade os sultanatos da fronteira meridional do império mogol (capítulo 5).

Nos capítulos seguintes, esboçou-se um relato sobre a evolução do cenário político nos sultanatos do Decão através de personagens chave com particular relevância na ligação que mantiveram com esse território. Foi o caso de Khurram, futuro imperador, que em 1616 foi remetido à região com vista a submeter o território à autoridade mogol. Foi este príncipe que, em 1622, se revoltou contra a autoridade do imperador Jahangir (1605-1627), tendo sido feito imperador passados seis anos, após uma conturbada evolução do cenário político (capítulo 6). Esta análise fez-se a par de uma certa problematização em torno da questão do sincretismo religioso de alguns oficiais e membros da família imperial mogol, bem como, os reflexos que tais eventos e a sua evolução tiveram nas fontes portuguesas. Ao mesmo tempo, analisaram-se momentos de particular tensão, como os que decorreram entre 1613/5, consequência de um enfraquecimento gradual da autoridade do *Estado da Índia* perante uma pressão que conheceu renovada proporção, em todo o território, com a presença crescente de ingleses e holandeses principalmente (capítulo 7).

Igualmente, apresentou-se o quadro que conduziu à afirmação do príncipe Khurram, feito imperador em 1628 com o título de Shahjahan, após a morte de Jahangir no ano anterior e a imagem que este soberano colhia junto dos portugueses. Partindo deste ensaio, apresenta-se e problematiza-se em torno da questão da sucessão dos imperadores, nos conflitos familiares que, frequentemente, envolviam a sua morte e a instabilidade política que se proporcionava pela ausência de um poder forte e central (capítulo 8). Nesta nova cronologia, tornou-se evidente a importância e o interesse que os suces-

sivos imperadores vão atribuir à participação ativa em redes de comércio, ao regresso de toda a corte mogol às práticas islâmicas mais ortodoxas e as suas implicações para os portugueses e os seus relatos (capítulo 9). Seria sob este forte governo que a autoridade dos mogóis sob o Decão assumiu um significado sem precedentes, evidente a partir de 1630. Partindo de um conjunto de práticas carregadas de simbolismo e de um forte dispositivo militar e beneficiando de algumas fraturas políticas locais, o imperador conseguiu submeter a larga maioria do território, até ao ano de 1636 (capítulo 10). Com a neutralização dos sultanatos de Ahmadnagar, Bijapur e Golconda, os mogóis voltaram a ocupar-se de forma mais direta das relações com os impérios vizinhos. Nesta nova conjuntura, os sultanatos deixaram de funcionar como formas de retenção do império mogol que os portugueses habilmente procuram manipular repetidas vezes. Ao invés, passou a temer-se a investida direta do imperador sobre as feitorais portuguesas. Contudo, a partir de 1640 surgiu um novo grupo que constituiu um importante polo de conflito e ameaça para portugueses e mogóis simultaneamente – os maratas. Foi neste contexto que o mapa e a evolução política da Ásia do Sul conheceram novos contornos e intervenientes que extrapolam o âmbito da obra em observação (capítulo 11).

Procurando fazer-se uma análise crítica da obra deve destacar-se, em primeiro lugar, o largo número de fontes consultado pelo autor que apenas foi possível com o apoio de instituições internacionais que permitiram a concretização do projeto, como o mesmo indica. São disso sintoma os 19 arquivos instalados em Portugal, Itália, Inglaterra, França, Espanha, Índia e ainda, no Vaticano, cuja documentação se utilizou para a preparação deste trabalho. Aos manuscritos seria necessário acrescentar o significativo número de fontes impressas divididas entre o mundo europeu e indo-persa. Creio, aliás, que o elevado grau de internacionalização do autor e da sua obra foi um fator essencial para a redação de um trabalho com uma abordagem tão ampla e diversificada.

Este estudo foi complementado por um conjunto de notas de grande qualidade para a abordagem dos vários assuntos que compõem o trabalho. Não só se referem quais os trabalhos mais significativos como, frequentemente, se dão informações sobre as várias edições e a pertinência de cada estudo para o tipo de abordagem que se procura fazer. Tendo como ponto de partida o objetivo de avaliar as imagens produzidas por portugueses e mogóis entre o período de 1570 a 1640, o autor fá-lo de facto, ao longo de todo o trabalho, recorrendo não só a cartas e crónicas portuguesas e árabes (note-se, novamente, a preocupação em conhecer os dois lados da “fron-

teira”), mas igualmente a pinturas, análise dos objetos que compunham as embaixadas e as suas simbologias. Assim, após a afirmação de Shahjahan, foi apontado que o imperador procurou projetar a sua imagem utilizando várias ferramentas, incluindo a pintura. Dado o contexto, refere-se uma miniatura pintada por Bichitr, em 1631. Aqui, Akbar entregava a coroa diretamente a Shahjahan, sentado à sua esquerda, ignorando a figura à direita, Jahangir (p. 330). A capacidade de incluir as fontes materiais de natureza diversa com carga simbólica privilegiada continua a ser uma das maiores insuficiências das investigações histórica. Como o presente trabalho ilustra, a sua inclusão permite uma leitura mais completa das representações que se promoviam e dos significados associados.

Igualmente, tendo como ponto de partida perceber como “entre 1570 e 1640, Goa lidou com a avassaladora progressão do império mogol para sul e em direção ao mar”, procurando entender como “do lado português, mas também do lado mogos – se estabeleceu, imaginou e evoluiu a(s) fronteira(s) entre ambos” (p. 34), frequentemente, para benefício do leitor, extravasa-se este objetivo. Assim, a título de exemplo, do ponto de vista militar, a obra relata a importância de tesouros abundantes no mundo asiático para o recrutamento, manutenção e aumento das hostes militares (p. 66-68); Na conjuntura da ofensiva mogol sobre o Decão na terceira década do século XVII e das fontes produzidas nesse contexto, o autor oferece uma leitura bastante pormenorizada sobre as chefias e os contingentes militares do Bijapur, em 1634, por exemplo, a prática de recorrer a empréstimos como forma de financiar estas guerras, a importância do clima no condicionamento no exercício da guerra, o tipo de fidelidade dos diversos grupos militares para com os seus líderes, a importância dos laços de parentesco, as estratégias de guerra, a importância da topografia e da posição das fortalezas em todo o Decão e o rendimento e pertença de cada uma destas fortalezas (p. 444-457).

Do ponto de vista económico, o Cinde configura-se como uma importante região produtora de têxteis com ligações privilegiadas com o Golfo Pérsico e com o Guzerate (p. 88-90); Do ponto de vista diplomático e político pode conhecer-se como os ingleses observaram o conflito que envolveu portugueses e mogóis, com epicentro na captura de dois navios muçulmanos no porto de Surrate, em 1630 (p. 358-363); Igualmente, todo o cerimonial, simbologia e implicações da transferência da capital de Agra para Lahore, ordenada por Shahjahan, em 1638, conhece uma descrição bastante pormenorizada (p. 463-467). Do ponto de vista cultural, apresentou-se como o hábito de utilizar trajes portugueses foi comum, não só entre imperadores mogóis (como Akbar em 1539), mas também no Japão e na China, em rela-

ção aos trajes do Tibete neste último caso (p. 108); Em outro plano, promoveu-se uma leitura sobre o sincretismo religioso de Akbar no seu contexto, implicações e motivações (p. 126-139; 172-180). Acrescente-se, aliás, que a presença de jesuítas na corte mogol representou uma fonte particularmente relevante para o conhecimento do mundo mogol; ainda, sobre outros tópicos como o processo de “bengalizaçã” dos portugueses evidentes no século XVII (p. 311-314).

Pelo que fica exposto, o propósito de promover uma observação sobre as relações luso-mogóis entre os anos de ca. 1570-1640 e a evolução das concepções de uns em relação aos outros, configura-se como tímido em relação ao resultado final. De facto, como se elucidou, frequentemente o texto aborda outras questões que não se ligam com esse propósito e que, por vezes, extravasam as próprias fronteiras da relação entre mogóis e portugueses. Este dado é claramente positivo do ponto de vista das informações que a obra fornece. Através da sua leitura, não se conhece apenas as relações luso-mogóis e as suas implicações, mas também se passa a deter conhecimento sobre toda a evolução política da Ásia durante a cronologia adotada, enquanto se apresentam vários elementos de cariz cultural, económico e militar (etc.), dos povos que habitavam este espaço. Constitui, por isso, um valiosíssimo contributo para todo o leitor que queira conhecer a presença que os portugueses mantiveram na Ásia do Sul desde as primeiras décadas até ao final do século XVII, com natural destaque para a cronologia apontada (ca 1570-1640).

KEVIN CARREIRA SOARES

Universidade de Coimbra – FLUC

Kevinsoares@gmail.com